

*A UNICAMP NÃO FOI UMA ILHA:  
POR UMA COMISSÃO DA VERDADE E MEMÓRIA.*

*Àqueles da comunidade acadêmica da Unicamp que – na luta pela redemocratização do Brasil – viveram dias de terror nas prisões da ditadura.*

Caio N. de Toledo

I. *Campi* golpeados

Por meio de um recente ato de sua Reitoria, a USP criou uma “*Comissão da Verdade destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar com apoio de setores civis que vigorou no País entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes da Universidade*”.<sup>1</sup> Sabe-se que, desde agosto de 2012, está em funcionamento a *Comissão da Verdade e Memória* da Universidade de Brasília.<sup>2</sup>

Entre as universidades brasileiras, a USP e UnB foram, durante a ditadura militar, as instituições mais afetadas em matéria de “*violações dos direitos humanos*”. Demissões e aposentadorias compulsórias, prisões, desaparecimentos e mortes de membros dessas duas comunidades acadêmicas ocorreram durante o regime militar; enquanto alguns desses

---

<sup>1</sup> O noticiário da Adusp informa as críticas feitas pelas entidades democráticas da USP ao ato unilateral da Reitoria da USP: “*Um golpe escandaloso: a Reitoria agiu de forma autoritária ao romper um processo de negociação que contava com todo o empenho do Fórum Aberto pela Democratização da USP, composto por Adusp, Sintusp, APG, DCE-Livre, inúmeros Centros Acadêmicos, estudantes, professores e funcionários*”. <http://www.adusp.org.br/index.php/comissao-da-verdade/1639-um-golpe-escandaloso> (acesso em 5/6/2013). Registre-se a pioneira iniciativa da ADUSP de editar, em 1978, o *Livro negro da USP*; reeditado, em 2004, com o título de *O controle ideológico na USP (1964-1978)*, o livro registra o clima persecutório e de espionagem existente na USP, sob a responsabilidade de suas Reitorias, e o processo arbitrário que puniu seus docentes com cassações e aposentadorias compulsórias.

Consulta: <http://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>

<sup>2</sup> No dia 10/5/2013, a *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* criou também uma *Comissão da Verdade*.

fatos se efetivaram pela iniciativa das altas direções universitárias, os demais aconteceram com a anuência, complacência ou omissão dessas mesmas autoridades.

Criada nos primeiros anos do regime de 1964, a Unicamp parece não registrar um elevado número de episódios de violências durante a ditadura militar. Tendo em vista que, durante esse período, a universidade não teria vivido um cenário semelhante aos da UnB e USP, não seria o caso, pois, de descartar a ideia de uma *Comissão da Verdade* na Unicamp? Lembrando os termos de um insultuoso editorial de influente jornal paulista, não seria possível argumentar que na Unicamp, a rigor, sofremos os efeitos não de uma *ditadura propriamente dita*, mas, sim, de uma “*ditabranda*”?<sup>3</sup> Ou seja, na Unicamp os efeitos da ditadura militar brasileira foram pouco significativos quando comparados com os da USP e UnB. Assim, feitas as contas, a conclusão não seria outra: a proposta de uma *Comissão da Verdade* na Unicamp deveria ser arquivada posto que, entre nós, foi irrisório o *número* de vítimas da ditadura militar.

A fim de reforçar o argumento da não pertinência de uma *Comissão da Verdade* na Unicamp, também poderia ser lembrado que, nos “*anos de chumbo*”, tivemos aqui “*dirigentes esclarecidos*” que defenderam os membros da comunidade acadêmica contra os arbítrios do regime militar. Exemplo paradigmático deste tipo de postura não seria ilustrado pela ação do reitor Zeferino Vaz (1966-1978)? Embora fervoroso defensor da “Revolução de 1964”<sup>4</sup>, *o criador da Unicamp*, não defendia seus

---

<sup>3</sup> Em editorial, a *Folha de S. Paulo* (17/2/2009) denominou *ditabranda* os 21 anos de regime militar brasileiro; para os politólogos do jornal, seria a quantidade das *violações humanas* (prisões, torturas, mortes e desaparecimentos) o critério mais adequado para distinguir as ditaduras *violentas* (Chile, Argentina, Uruguai etc.) e *brandas* (Brasil).

<sup>4</sup> No *currículum* “revolucionário” de Zeferino Vaz podem ser destacados (alguns dos fatos aqui arrolados são exaltados por ele próprio): fornecimento de 250 peruas para o transporte de tropas militares, em território paulista, nos dias do golpe; denúncia da influência de “intelectuais marxistas” (sic) nos meios acadêmicos (entre eles, Caio Prado Jr. e Celso Furtado); como interventor na UnB, nos primeiros dias de abril de

“comunistas”? Conta-se que na recepção a Eric Hobsbawm, na sala da Reitoria (1975), teria apontado para os organizadores do evento e gracejado ao historiador marxista: “*Veja, professor, são todos comunistas. Todos comunistas, mas extremamente competentes*”.<sup>5</sup> Valendo-se do prestígio que gozava entre os altos comandos militares, não teria sido ele o único Reitor brasileiro que visitou um docente e alguns estudantes de sua universidade nas prisões e nos porões da ditadura?<sup>6</sup>

Para reforçar ainda mais o argumento poder-se-ia lembrar também que a Unicamp acolheu de braços abertos estudantes de outras universidades – entre eles, os “meninos do ITA” –, expulsos por atos obscurantistas de dirigentes serviçais da ditadura. Igualmente foi aqui que pesquisadores estrangeiros, ameaçados pelas ditaduras de seus países, foram contratados como docentes. Na mesma direção, podem também ser lembradas, entre outras, as contratações de três docentes que jamais hesitaram em fazer críticas à ditadura militar: Maurício Tragtenberg, Antonio Candido e Paulo Freire.

---

1964, demitiu docentes da “esquerda subversiva”; numa palestra aos militares da ESG não poupou severas críticas ao bispo de Olinda, D. Helder Câmara, pois, no exterior, “*denegria a nação brasileira*”; saudou com entusiasmo a decretação do AI 5, pois seria um instrumento decisivo para conter a “subversão esquerdista” no país. Stela M. Meneghel, *Zeferino Vaz e Unicamp. Uma trajetória e um modelo de universidade*, dissertação de mestrado, FE, 1994 e *Jornal da Unicamp*, no. 246, abril de 2004.

<sup>5</sup> Num artigo, afirmou que não se importava em “*saber qual é a ideologia política do professor. Apenas não admito que ele utilize a universidade para fazer pregação ideológica*”. No mesmo texto, assegurava que não “*admitiu nunca que invadissem a Unicamp para deter qualquer professor em razão de ideologia política*”. “A universidade e a economia brasileira”, *Revista Tibiriçá*, n. 9, 1979, apud Stela Meneghel, *op. cit.*

<sup>6</sup> Informativas matérias assinadas pelo jornalista Eustáquio Gomes (*Jornal da Unicamp*, nos. 246, 325 e 326) são leituras indispensáveis para o exame da questão aqui levantada. Relata o jornal que Zeferino Vaz visitou o prof. Ademir Gebara na prisão; este fato, contudo, não permitiu que as torturas fossem suspensas. Como relatou o ex-docente do IFCH, elas foram ainda mais cruéis nas duas semanas seguintes. A matéria informa também que o Reitor, contudo, não se comoveu com a detenção de Alcides Mamizuka (ferido à bala, por ocasião de uma tentativa de fuga); para este estudante da Unicamp, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, “*não houve (nos dois anos de prisão, CNT) chocolates nem cigarros, muito menos visitas de reconforto moral na prisão*”.

Adepto do socialismo libertário, Maurício Tragtenberg foi contratado pela Faculdade de Educação em 1972, anos depois de sua demissão da Faculdade de Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São Paulo (foi, assim, uma das primeiras vítimas, nos meios universitários brasileiros, pois sua cassação ocorreu quase imediatamente ao golpe de 1964). Antonio Candido, professor que também nunca negou suas convicções socialistas, teve decisiva participação na criação do *Instituto de Estudos da Linguagem* em 1976; por sua vez, Paulo Freire – preso pela ditadura e exilado político – foi convidado pela *Faculdade de Educação* em 1980. Sua contratação apenas se concretizou após uma ampla mobilização da comunidade acadêmica, pois o Reitor protelava a assinatura do ato de sua nomeação.<sup>7</sup>

## II. Unicamp: *ao largo da ditadura?*

Não obstante todos estes fatos, é de se indagar se, durante o regime militar, a comunidade acadêmica da Unicamp teria sido privilegiada a ponto de não ter sofrido os efeitos repressivos da ditadura que, todos sabemos, afetaram importantes instituições de ensino e de pesquisa no pós-1964.

A edição especial do *Jornal da Unicamp* sobre os 40 anos do golpe de 1964 relata que durante a ditadura militar alguns docentes sofreram “ameaças de morte” (um deles, do *Instituto de Economia*, teve de abandonar apressadamente o país para escapar à prisão); em outubro de 1975, um docente do IFCH foi preso de madrugada em casa e transportado para os porões da OBAN, ali sofrendo, durante três semanas, brutais

---

<sup>7</sup> Apenas uma pesquisa na base de documentos da Unicamp e depoimentos de membros da comunidade permitirá conhecer os nomes de todos docentes e pesquisadores que, cassados ou aposentados em outras universidades, foram admitidos na Unicamp.

sessões de torturas.<sup>8</sup> Alguns estudantes da Unicamp – hoje docentes nesta universidade e em outras instituições de ensino (alguns na ativa, outros já aposentados) – igualmente foram presos e torturados nos anos 1970.

Tendo em vista que as edições do *Jornal da Unicamp* (JU) não podem ser consideradas como pesquisas exaustivas ou definitivas, não seria adequado apurar eventuais episódios de arbítrios e violações dos direitos humanos contra outros membros da comunidade? Ou o argumento da *macabra estatística* – “irrisória quantidade de vítimas” (mortes, desaparecimentos e torturas) na Unicamp – deveria prevalecer e, assim, a criação de uma *Comissão da Verdade* seria descartada como uma “ideia fora do lugar”?

Valendo-nos ainda das matérias publicadas pelo JU, somos informados que, no final dos anos 1960, um general de reserva, José Valverde, atuava nos altos escalões da Unicamp. Relata também o jornal que o ex-diretor da *Faculdade de Engenharia* e coordenador da implantação das obras na Universidade – inteiramente afinado com o regime militar – agia com muita desenvoltura no *campus*; com frequência, chegava a interpelar docentes e estudantes sobre suas convicções críticas à ditadura. Numa reunião, teve a insólita atitude de colocar seu *Colt 44* sobre a mesa a fim de intimidar seus pares. Nesse dia, poucas semanas após o famigerado AI 5, teria dito: “*Agora tem lei neste país. Vou botar esses comunistas na cadeia*”.

O Reitor não assistiu esta típica cena de faroeste *tipo B*; quando soube dela, teria ficado molestando. Mas a incivilidade e a total falta de

---

<sup>8</sup> Como relata o *Jornal da Unicamp*, no. 246, Ademir Gebara, após os maus tratos sofridos, teve de fazer uma cirurgia corretiva do nariz; em depoimento pessoal, afirmou que, após as violências sofridas nos porões da Rua Tutóia, São Paulo, teve parte de sua audição comprometida. Posteriormente, Ademir solicitou que os dias de terror não lhe fossem subtraídos da contagem de tempo de serviço. A Unicamp atendeu este pedido, mas não lhe pagou o salário a que fazia jus pelos dias de barbárie sofridos na prisão.

decoro acadêmico não foram razões suficientes para ele – que detinha quase ilimitado poder na Universidade – demitir sumariamente o general da reserva. Isso somente viria ocorrer após Zeferino Vaz comprovar que o militar tramava a sua deposição da Reitoria. Resta então a questão: o que explicaria a presença de um militar golpista junto às altas esferas da administração da Unicamp? Como não devia estar ali *a passeio* nem por um mero acaso, o mínimo que se pode concluir é que a presença ostensiva do militar golpista criava inquietações e constrangimentos entre os docentes e funcionários da universidade.

Outro fato que põe em dúvida a suposta não ingerência do regime militar na vida da Unicamp pode ser ilustrado pelo episódio da escolha do sucessor de Zeferino Vaz à Reitoria da Universidade. Em abril de 1978, uma lista sêxtupla foi encaminhada pelo Conselho Diretor ao então governador do estado, Paulo Egydio Martins. Numa afronta à decisão do CD, o terceiro colocado da lista – figura inexpressiva e inteiramente dependente politicamente do então Reitor – foi escolhido pelo governador. O nome que obteve a maior contagem de votos, Rogério Cezar Cerqueira Leite, físico internacionalmente conhecido por seus trabalhos acadêmicos, foi ostensivamente preterido.<sup>9</sup> A hipótese do veto da alta cúpula do regime à decisão soberana do maior colegiado da Unicamp tem consistência, pois, à época, Rogério C. C. Leite se destacava por sua firme oposição ao programa nuclear da burocracia militar.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Mateus Camargo Pereira, *Tecendo A manhã. História do DCE da Unicamp*, dissertação de mestrado, FE, 2006, ps. 162-164.

<sup>10</sup> A ingerência militar na vida da Unicamp se manifestou por um episódio ocorrido após o final da ditadura, durante a chamada “Nova República”. Em fins de outubro de 1987, o *campus* da Universidade foi arbitrariamente invadido por policiais militares a fim de prender o coronel da reserva Geraldo Cavagnari, pesquisador do NEE/IFCH. Em Nota pública, o então diretor do IFCH, Luiz Orlandi, repudiou a violência representada pela quebra da “autonomia universitária” e o grave atentado à “liberdade de pesquisa e expressão”.

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R00351.pdf>

Mas não foi apenas *hipotética* a ingerência da ditadura sobre a Unicamp. Uma legislação imposta pela ditadura militar às universidades brasileiras teve seus efeitos no passado e ainda se refletem no presente de nossa vida acadêmica. Esta constatação foi claramente exposta por um recente documento aprovado pela instância maior do IFCH. Examinando os pressupostos legais do “processo disciplinar” movido pela Reitoria anterior contra seis residentes da moradia estudantil da Unicamp, a Congregação dessa unidade, assim se posicionou:

*“as disposições disciplinares constantes do Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas, em particular aquelas concernentes à forma processual (artigos 227, inciso VIII; 234 e 235), são a transcrição verbatim do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, braço universitário do Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968”.*

Alguém duvidaria que estas “disposições disciplinares”, impostas pela legislação da ditadura militar, ameaçam estudantes e funcionários da Unicamp quando suas respectivas categorias se mobilizam em defesa de reivindicações sociais (salariais, saúde, moradia etc.) e políticas (democratização das instâncias de poder na universidade)?<sup>11</sup> Mais do que simples ameaças, deve ser lembrado que recentes decisões da Reitoria e do CONSU se fundamentaram na legislação autoritária ainda não revogada na Unicamp.

Há de se convir que a manutenção da legislação imposta pela ditadura militar compromete a convivência democrática no *campus*; como

---

Esclareça-se que, de forma menos ostensiva, forças policiais também entraram no *campus* da Unicamp para tentar prender os “meninos do ITA” que, embora estudantes regulares da Unicamp, ainda respondiam por inquéritos político-militares.

<sup>11</sup> Sobre estes dois episódios, ressaltamos que duas congregações se manifestaram. Notas das Congregações da *Faculdade de Educação* (29/2/2012) e do IFCH (7/3/2012) repudiaram as sanções disciplinares contra trabalhadores técnico-administrativos e estudantes.

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/filosofia-e-educacao-da-unicamp-repudiam-punicao-a-alunos-e-funcionarios.html> (acesso em 5/6/2013).

ponderaram as Congregações do IFCH e da Faculdade de Educação, atos recentes das altas instâncias da Universidade são “*uma profunda ofensa aos direitos fundamentais dos punidos e à liberdade de manifestação e expressão na universidade*”. Com justificada razão, os estudantes e funcionários das universidades públicas brasileiras afirmam que, passados quase 30 anos, a ditadura, para eles, ainda não acabou.

### III. A Unicamp não foi um ilha

*“A memória não diz respeito apenas ao passado. Ela é presente e futuro”.*<sup>12</sup>

Na presente conjuntura político e ideológica brasileira, na qual inúmeras entidades da chamada sociedade civil e vários setores democráticos do aparelho estatal (ministérios, assembleias estaduais, câmaras municipais etc.) decidem se associar ao trabalho investigativo da *Comissão Nacional da Verdade*, é aceitável que a Unicamp permaneça indiferente ou se omita? Relevantes entidades universitárias brasileiras aceitaram colaborar com a CNV, pois reconhecem que devem contribuir para que sejam conhecidos os efeitos da ditadura militar no terreno específico da educação superior.

Se aceitarmos que os trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade* podem ser decisivos para que a sociedade brasileira conheça melhor seu passado recente e se aproprie da totalidade de sua história – na expressão popular, “*que o país seja passado a limpo*” –, não seria contraditório que uma comunidade centrada na pesquisa e na reflexão crítica se coloque à

---

<sup>12</sup> A citação acima vale também como um reconhecimento do exemplar depoimento da pesquisadora Dulce Pandolfi à *Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro*, no dia 28/05/2013 <http://racismoambiental.net.br/2013/05/integra-do-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-a-comissao-estadual-da-verdade-do-rio-de-janeiro/> (acesso em 10/6/2013).

margem destas iniciativas? Não é este o momento de exercermos, de forma consequente e plena, o “*direito à memória*” e o “*direito à verdade*” em relação à nossa história como instituição?

Por sua vez, ao sabermos que o exercício desses direitos tem a ver diretamente com *destinos humanos*, a Unicamp não pode ignorar os dramáticos e funestos episódios que, durante a ditadura, foram vividos por membros de sua comunidade; ou seja, sofridos por homens e mulheres que estiveram comprometidos com a instituição.

Deixar de pesquisar o passado recente da universidade, ao contrário do que fazem importantes universidades brasileiras, implicaria afirmar que a *ditadura inexistiu na Unicamp*. Significaria, objetivamente, admitir que membros de nossa comunidade acadêmica não sofreram, psicológica e fisicamente, os efeitos de um regime de arbítrio e de violências. Quem poderá negar que aqueles sombrios tempos, cotidianamente, se fizeram aqui presentes por meio de ameaças e censuras veladas; por meio de angustiantes temores e medos interiorizados; por meio de espadas reais rondando as cabeças de homens e mulheres concretos? Ainda mais grave: admitir que a ditadura aqui inexistiu implicaria, objetivamente, ignorar a realidade da privação da liberdade, das ofensas morais, dos humilhantes interrogatórios e dos sofrimentos físicos que viveram os membros da comunidade acadêmica, presos e torturados nos cárceres da ditadura militar.

Por meio da decisão de criar uma *Comissão da Verdade e Memória*, a Unicamp demonstraria que, embora fundada sob os auspícios do regime militar, não foi conivente com seus objetivos e práticas efetivas. Além de reconhecer a atuação dos membros da comunidade acadêmica que não se calaram no combate ao *terrorismo de Estado* do pós-1964, os trabalhos da *Comissão* poderiam também comprovar que – não obstante, os riscos e os

interditos – a Unicamp construiu espaços de resistência democrática.<sup>13</sup> Não faltariam depoimentos e evidências testemunhando que a ditadura militar aqui foi questionada posto que a comunidade acadêmica não se vergou às pressões discricionárias nem se prestou a difundir as ideologias do *desenvolvimento e segurança nacional*, do *Brasil-potência*, do “*ame-o ou deixe-o*” etc.

Embora nas suas origens o projeto da criação da Unicamp tenha as marcas indeléveis do regime militar, sua comunidade acadêmica não permitiu – como desejavam a tecnoburocracia civil-militar e o grande empresariado (nacional e internacional) – que a instituição fosse um aparelho ideológico que legitimasse a “modernização conservadora”.<sup>14</sup> Igualmente, a pesquisa sobre os tempos da ditadura poderá mostrar que a Unicamp teve unidades de ensino e centros de pesquisa que questionavam abertamente a política

---

<sup>13</sup> Expressão maior da resistência da comunidade acadêmica ao autoritarismo se manifestou por ocasião da tentativa do governador do estado de São Paulo, em plena ditadura (1981), de intervir na Unicamp. A imposição de nomes estranhos à universidade, como diretores de unidade, por parte do governador-biônico Paulo Maluf, foi veementemente rechaçada pelo conjunto da comunidade acadêmica. Certamente, este foi o momento político mais significativo de toda a história da Universidade na luta pela autonomia universitária na medida em que não esteve restrito à comunidade acadêmica; setores significativos da sociedade civil apoiaram o movimento que foi às ruas de Campinas para denunciar a intervenção de Paulo Maluf, leal servidor da ditadura militar. Uma ampla cobertura deste episódio pode ser conhecida em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/julho2006/ju330pag6-7.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju330pag6-7.html)

<sup>14</sup> Duas dissertações de mestrado defendidas na Faculdade de Educação examinam o projeto de criação da Unicamp; convergem quando concluem que os objetivos tecnocráticos (ênfase nas ciências exatas e tecnológicas) e “modernizantes” da Unicamp permitiram que essa instituição – ao contrário do que ocorreu na UnB (concebida com um projeto semelhante) – fosse poupada do controle e da repressão militar; privilegiada, em seus primórdios, com o efetivo apoio de empresas nacionais e multinacionais e das agências de fomento estatais, a Unicamp, em poucos anos, se tornou uma referência de pesquisa e ensino em todo o país; por sua vez, a autonomia (i. é, a não intervenção militar) foi garantida por meio da atuação pragmática de seu “criador”, o reitor Zeferino Vaz. Cf. Stela M. Meneghel, *op. cit.* e Elói da Silva Lima, *A criação da Unicamp, administração e relações de poder numa perspectiva histórica*, dissertação de mestrado, FE, Unicamp, 1989.

econômica, social e educacional do regime militar bem como organizou eventos (inclusive internacionais) com a participação de autores de esquerda e críticos da ditadura.

A criação de uma *Comissão da Verdade e Memória* seria, pois, uma clara afirmação de que a comunidade acadêmica da Unicamp está radicalmente comprometida com os valores democráticos e repudia o arbítrio, a intolerância e o autoritarismo do regime de 1964. Comprometida com a permanente busca da “verdade histórica”, nossa comunidade acadêmica afirmaria que não transige em matéria de pesquisa livre, de docência crítica e espaço do irrestrito debate democrático.

Por último, é inegável que, sob o regime de 1964, a Unicamp não enfrentou as dramáticas e dolorosas situações vividas, entre outras, pela USP, UnB e PUC-SP, que decidiram criar *Comissões da Verdade*. No entanto, uma *Comissão da Verdade e Memória* aqui também se impõe; afinal, nos anos da ditadura militar, a comunidade acadêmica da Unicamp não habitou uma *serena ilha em pleno mar revolto*.